



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 10/2018 – de 11/05/2018 a 25/05/2018

NOME: Daniel Vasconcellos de Sousa Stilpen

() agente econômico
(x) consumidor ou usuário

() representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre nova regulamentação do credenciamento de firmas inspetoras visando a certificação de biocombustíveis, conforme a Lei nº 13.576, de 26/12/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.308, de 15/03/2018, ato este que, entre outros, dispõe sobre as atribuições da ANP no RenovaBio.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
3.1.4	Revisão dos valores penalizados apresentados nas tabelas 1, 2, 3 e 4 (páginas 12 até 15), de forma a manter a possibilidade de escolha, por parte do produtor de biocombustíveis, entre o “perfil padrão” e o “perfil específico”.	O produtor de biocombustíveis poderá optar por certificar a fase agrícola de acordo com o “perfil padrão” ou “perfil específico”. Contudo, caso o produtor escolha o perfil padrão, haverá a aplicação de valores penalizados para caracterização da planta de biocombustíveis. Os fatores de penalização apresentados nas tabelas 1, 2, 3 e 4 da minuta de Resolução ANP me parecem ser excessivamente severos, em alguns casos representando o dobro (ou até mais) em relação ao valor típico do setor. A questão é que valores penalizados muito elevados podem significar a eliminação da possibilidade de escolha por parte do produtor, a partir do momento que podem tornar o perfil padrão não atrativo do ponto de vista de certificação. Neste ponto cabe lembrar que até o presente momento não se sabe qual será a ordem de grandeza do desconto no custo de certificação da opção simplificada (perfil padrão), em relação à opção mais detalhada (perfil específico). Então, visando manter a possibilidade de escolha do produtor de biocombustíveis para a fase agrícola do processo, recomenda-se que os fatores de penalização sejam abrandados/reduzidos.
Tabela 15	Conferência/revisão do Poder Calorífico Inferior (PCI) do biometano e do gás natural informados na tabela 15 (página 49).	Na tabela 15, página 49 da minuta de Resolução da ANP, são apresentados os valores de Poder Calorífico Inferior (PCI) para diferentes combustíveis. Nesta tabela destaca-se a elevada diferença entre os PCI do biometano (45,46 MJ/kg) e do gás natural (36,84 MJ/kg), da ordem de 23,4%. Considerando que a própria tabela informa que o biometano é composto por 96,5% de metano, é natural esperar que seu poder calorífico se aproxime bastante daquele informado para o gás natural. Assim sendo, é sugerida a conferência/revisão dos valores de poder calorífico inferior (PCI) para ambos os combustíveis.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: conspub_qualidade@anp.gov.br, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da Consulta Pública.